

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 1

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O rótulo geografia é antigo, remonta à Antiguidade Clássica, todavia, até o final do século XVIII, não era possível falar de pensamento geográfico. A geografia foi sistematizada enquanto ciência no século XIX. Para tanto, os estudos de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter foram fundamentais. Desde então, diferentes correntes teóricas predominaram sobre seus pressupostos, suas categorias de análise e seus métodos. As mudanças de correntes não ocorreram de forma instantânea, sendo resultado de distintos eventos históricos que culminaram na transformação das formas de compreender o espaço geográfico e a ação da sociedade. Entre as principais correntes, estão a geografia positivista (ou tradicional), a geografia teórica quantitativa e a geografia crítica.

A geografia tradicional foi desenvolvida entre o século XIX e início do século XX, com marcada influência positivista, de modo que o cientista era um observador da aparência visível dos fenômenos e descrevia detalhadamente suas observações. O ser humano aparecia como um elemento a mais da paisagem, reduzido a um fator que integrava um conjunto maior de fatores. Paisagem e região eram importantes categorias de análise, porém ainda havia indefinição sobre o objeto de estudo, por isso a geografia era entendida como ciência de síntese, que deveria organizar os conhecimentos produzidos por outras ciências. Nessa corrente, há destaque para Friedrich Ratzel, e Paul Vidal de La Blache, **Alfred Hettner e Richard Hartshorne com as teorias do determinismo geográfico e do possibilismo, respectivamente**. O determinismo geográfico de **Friedrich Ratzel**, em conjunto com conceito de “espaço vital”, foi instrumento de legitimação dos desígnios expansionistas alemães. A teoria do possibilismo, criada por La Blache, entendia a natureza como possibilidade para a ação humana. A partir do conceito de “gênero de vida”, que exprimia a relação entre a população e os recursos disponíveis, o geógrafo francês defendia que o progresso era definido pela relação entre sociedades com gêneros de vida diferentes. **Alfred Hettner e Richard Hartshorne contribuíram para a sistematização do método regional, estabelecendo a geografia como uma ciência corológica, focada na diferenciação de áreas e na integração de fenômenos singulares no espaço.**

A complexificação das sociedades, atravessadas por processos, como acumulação capitalista, industrialização e urbanização, fez com que a geografia tradicional deixasse de ser suficiente para explicar as dinâmicas em curso. Houve, então, a passagem de uma geografia tradicional, que levantava informações para legitimar as expansões imperialistas, para uma geografia teórica, que passou a orientar as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre.

A geografia teórica, também chamada de pragmática ou quantitativa, sob influências neopositivistas, foi marcada pela realização de um processo de instrumentalização da geografia, com busca por novas técnicas e por uma nova linguagem para corresponder a demandas de planejamento. ~~Ainda sem um objeto de estudo claramente definido~~ **O espaço já tinha centralidade nas análises, porém aparecia de forma mais abstrata**, a atenção foi voltada para o tratamento de dados estatísticos, correlações matemáticas e procedimentos indutivos, além de teorias dos sistemas que utilizaram modelos de representação e explicação para tratar temas geográficos. Esse cenário implicou um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico. **Todavia, a corrente também teve importantes contribuições para o pensamento geográfico, como, por exemplo, a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, que é referência para pensar temas como rede e hierarquia urbana.** A corrente foi utilizada pelo Estado como arma de dominação em defesa dos interesses de classe. Sob a roupagem da neutralidade científica e mascarando as contradições sociais, o planejamento serviu para manutenção da realidade existente.

~~Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, emergiu a~~ **A geografia crítica, que estabeleceu uma crítica radical ao empirismo exacerbado da geografia tradicional e à quantificação matemática e à suposta neutralidade defendidas pela geografia teórica.** A partir de influências do pensamento marxista, e aliando teoria e prática, os autores da geografia crítica se posicionaram a favor da transformação da realidade social e entenderam o saber científico como uma arma desse processo. As contribuições de Yves Lacoste, **David Harvey** e Milton Santos foram importantes para a renovação da ciência. Yves Lacoste criticou a forma como historicamente a geografia foi utilizada para dominação da burguesia. **David Harvey articulou o marxismo e a análise espacial, refletindo como as relações capitalistas de produção constroem o espaço geográfico.** Por sua vez, Milton Santos argumentou que é necessário discutir o espaço social como um campo de forças cuja energia é a dinâmica social. Segundo o autor, as diferenças entre os lugares são naturais e históricas, e a variação da organização do espaço é fruto de uma acumulação desigual de tempo. Nesse sentido, o processo de modernização não atinge todos os lugares ao mesmo tempo e obedece à lógica do capital. **A renovação disciplinar também ocorreu por meio de campos como a Geografia Cultural e a Geografia Humanista, fortemente influenciada pela fenomenologia; e da redefinição de categorias como paisagem, território, lugar e região.**

A corrente da geografia crítica foi responsável por eleger o espaço geográfico como objeto de estudo da geografia, incorporando dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais em suas análises. A partir de Milton Santos, é possível

entender o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, um produto e uma condicionante das relações sociais, mediador das relações de dominação de classes e de poder, **que reúne um acúmulo de tempos desiguais e é** marcado por ~~desigualdades~~ e contradições. **O autor propôs compreender o espaço geográfico a partir das categorias analíticas: forma, função, processo e estrutura; e apresentou o conceito de meio técnico-científico-informacional (MTCI) para refletir sobre a transformação do espaço geográfico. Em suma, ele não pode ser entendido separado da formação social; espaço geográfico e sociedade formam um conjunto dialético. Portanto, foi no século XX que a geografia consolidou sua importância na produção científica de conhecimento, sendo reconhecida como a ciência do espaço.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 2

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 Existem diferentes processos que interferem na formação e na funcionalidade do limite e da fronteira entre unidades espaciais soberanas. Embora distintos, esses processos compartilham um mesmo catalisador, o conteúdo do território e as instituições que o regem. Para constituir-se, o Estado deve reunir três características essenciais: a população, o território e o governo, este considerado a autoridade soberana. A fronteira seria o lugar onde nascem o território e a identidade. **No caso brasileiro, o art. 20, § 2º, da Constituição Federal de 1988 é regulamentado pela Lei n.º 6.634/1979, que define a faixa de fronteira como a porção de 150 km de largura paralela aos limites terrestres nacionais, considerada indispensável à segurança e ao desenvolvimento do País.** Na escala global, o debate atual sobre o significado de fronteira tende a associar-se particularmente aos movimentos de integração de Estados nacionais com base na formação de blocos econômicos. Enquanto, no senso comum, a ideia de fronteira é quase sempre associada a limite, no campo das ideias, os termos apresentam diferenças significativas entre si. Na literatura sobre essa problemática, os termos limite e fronteira não guardam o mesmo sentido, embora tenham sido assimilados com a evolução da cartografia e mais concretamente com o Estado moderno. Supõe-se que a identificação entre limite e fronteira internacional decorra provavelmente da mobilidade e da imprecisão cartográfica que, na maior parte do tempo, acompanharam o desenvolvimento das sociedades. Desde então, as demarcações lineares que manifestam uma realidade política territorial diferenciada estariam associadas à noção de fronteira. Por demarcação linear, entende-se a fixação da linha limite com a implantação de marcos sobre o terreno, o que permite identificar o fim ou começo de um domínio político territorial, passando o limite a compreender a linha de controle legal de um Estado-nação, ao passo que a fronteira é tida como zona geográfica entre dois sistemas estatais diferenciados.
- 2 Fronteiras naturais são aquelas definidas por elementos geográficos e naturais, como rios, montanhas ou desertos, que servem como limites entre diferentes regiões ou países. Um exemplo clássico de fronteira natural é a tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, demarcada pelos rios Paraná e Iguaçu. É necessário destacar que o conceito de fronteiras naturais utilizado para designar fronteiras fluviais, montanhosas, climáticas ou litorâneas não satisfaz à complexidade desses marcos, pois não há nada de “dado pronto” pela natureza ao ser humano, nada de imposto à política pela geografia. É inútil repetir fórmula tantas vezes consumada como a de que “seus limites são marcados pela natureza”, pois, de fato, a natureza não é senão uma máscara: a máscara de uma velha realidade histórica e política da qual os homens, após séculos, mantiveram a lembrança. A fronteira artificial é resultado da ascensão e queda de muitos impérios, potências e países que modificaram as fronteiras mundiais, comportando o nascimento e(ou) morte de Estados-nação, sobretudo os europeus. **Compreende-se também que as fronteiras artificiais são aquelas estabelecidas pela ação humana e convenção política entre Estados, sem o aproveitamento de elementos naturais sendo demarcadas por meridianos, paralelos, linhas geodésicas ou marcos geográficos.** Da mesma forma, grande parte da literatura tende a enfatizar a forte ligação entre as estruturas linguísticas e culturais e a formação de fronteiras nacionais. Muitas vezes, povos artificialmente separados formaram novas nações, independentemente dos limites sociais que lhes haviam sido atribuídos pelos colonizadores. Não obstante, os mesmos limites foram alterados com o passar dos anos, até a configuração mundial que vemos atualmente. Como exemplos de fronteiras artificiais, podemos citar as fronteiras de países africanos a partir da definição do Congresso de Viena (século XIX), a fronteira entre as duas Coreias (Norte e Sul), que se configura como zona militarizada, as fronteiras entre Israel e os territórios palestinos, as fronteiras entre os territórios de população turca e grega na Ilha do Chipre, entre outras.
- 3 Os condicionantes geográficos desempenham um papel fundamental na integração regional, atuando tanto como barreiras quanto como facilitadores para a cooperação entre países. Na América do Sul, por exemplo, fatores físicos influenciam diretamente os custos de comunicação e a livre circulação de bens e pessoas. Limitantes: barreiras naturais, como a Cordilheira dos Andes e as grandes bacias hidrográficas (Amazônica) dificultam a construção de infraestruturas conectivas (estradas, ferrovias), o que aumenta os custos de transporte. Facilitadores: a proximidade geográfica ou a posição em um território facilita a troca comercial, enquanto a centralidade ou periferia no sistema-mundo influencia o ritmo da integração. A presença de fronteiras contíguas facilita a criação de blocos econômicos (como o MERCOSUL) e a criação de infraestruturas de transporte, pois favorece o comércio e a circulação de pessoas. A integração, portanto, busca superar as barreiras físicas mediante a “integração física” (infraestruturas), de maneira a transformar espaços nacionais contíguos em um espaço regional unificado.
- 4 Os condicionantes políticos são fatores determinantes na integração regional, atuando tanto como impulsionadores quanto como barreiras, moldando o ritmo e a profundidade da cooperação entre os países. A integração regional na

América do Sul, por exemplo, não é apenas um projeto econômico, mas uma iniciativa movida por interesses políticos, ideológicos e geopolíticos. As relações políticas entre países baseiam-se em afinidades políticas que influenciam diretamente o avanço ou recuo da integração. Períodos de convergência política tendem a facilitar acordos, enquanto mudanças de governos podem levar a reorientações na política externa. As disputas eleitorais e a alternância de poder criam descontinuidade nas políticas de integração. A polarização política, tanto interna quanto entre países, gera antagonismos que dificultam a cooperação comercial e a harmonização de políticas. A pressão de potências externas influencia os rumos da integração, podendo promover agendas bilaterais que se sobreponham ou conflitem com os esforços de integração regional. Em síntese, a integração regional flutua conforme a margem concedida pela economia política local, sendo influenciada pela necessidade de legitimação dos governos e pela busca por desenvolvimento comum.

- 5 As rotas de integração sul-americana são um projeto estratégico do governo federal brasileiro que visa conectar o Brasil aos seus vizinhos e ao Oceano Pacífico, reduzindo custos logísticos e o tempo de transporte de mercadorias, especialmente para a Ásia. As redes de infraestrutura traçadas pelo programa articulam-se metodologicamente a partir de diferentes rotas estratégicas a serem trabalhadas. São elas: Rota Ilha das Guianas – compreende os estados de Roraima e Amapá em sua totalidade e a parte Norte dos estados do Amazonas e do Pará, que fazem interface com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela; Rota Amazônica – percorre o estado do Amazonas pelo eixo do rio Solimões, conectando o Brasil à Colômbia, ao Equador e ao Peru, com acesso ao Oceano Pacífico; Rota Quadrante Rondon – compreende os estados do Acre e de Rondônia em sua totalidade e partes do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, conectando o Brasil ao Peru, à Bolívia e ao Norte do Chile, com destino a portos no Oceano Pacífico; Rota Bioceânica de Capricórnio – atravessa os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina e se conecta com o Paraguai, a Argentina e o Chile, estabelecendo uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico; Rota Bioceânica do Sul – compreende o estado do Rio Grande do Sul e trechos do Sul de Santa Catarina e se conecta com o Uruguai, a Argentina e o Chile. Um dos objetivos das rotas de integração sul-americana é a redução de tempo/custo logístico e o aumento do comércio com a América do Sul e a Ásia, por meio de infraestruturas de transporte que conectem países, regiões produtivas, portos e mercados, diminuindo, assim, as burocracias e limitações impostas pelas fronteiras internacionais. **A Nova Rota da Seda chinesa (Belt and Road Initiative - BRI) na América do Sul foca em investimentos de infraestrutura, logística e conectividade, com mais de 20 países latino-americanos aderindo à iniciativa para fortalecer laços comerciais, incluindo Peru, Argentina, Chile e Venezuela. Projetos como o megaporto de Chancay (Peru) visam reduzir custos de frete e tempo para a Ásia.**

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 3

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Há décadas, a pirâmide etária brasileira vem passando por expressivas modificações. As taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida e outros indicadores de qualidade de vida demonstram que o país passa por uma transição demográfica. O modelo de Warren Thompson indica que o País se encontra entre a terceira e a quarta fases da transição demográfica, caracterizadas pela desaceleração do crescimento vegetativo (que pode se tornar baixo ou nulo), baixa mortalidade, baixa fecundidade e envelhecimento populacional. O modelo de Frank Notestein indica que o Brasil está na quarta fase (com tendência de transição para uma quinta fase, proposta por interpretações contemporâneas), marcada pelo crescimento vegetativo muito baixo, pelo envelhecimento populacional acelerado e pela baixa fecundidade, inferior ao nível de reposição. Desse modo, em linhas gerais, a partir da segunda metade do século XX, ocorreu um declínio da fecundidade e da natalidade, motivado por fatores como inserção das mulheres no mercado de trabalho, acesso a métodos contraceptivos e maior escolarização. As taxas de mortalidade também caíram em função de avanços na saúde e na alimentação, da urbanização e do aumento do acesso ao saneamento básico. Assim, no Brasil, atualmente, nascem menos pessoas e há uma maior expectativa de vida, fatores que se combinam com outros elementos, como aumento da renda *per capita* e dos níveis de educação. Esse cenário demanda atenção, pois, nas próximas décadas, o envelhecimento da população se tornará mais expressivo e a população jovem será menor. É preciso refletir sobre formas de aproveitar o bônus demográfico atual (período em que a população em idade ativa é maior que a população dependente), que está gradualmente diminuindo conforme demonstrado pelo IBGE (estima-se seu encerramento na década de 2030), para que o país não enfrente problemas socioeconômicos futuros.

Os jovens de hoje são/serão a população em idade ativa das próximas décadas. Eles são produtores ativos do espaço geográfico, pois constituem redes de sociabilidade importantes para a formação de suas identidades, desenvolvem práticas culturais e se engajam em movimentos sociais e culturais. Têm, ainda, o potencial de protagonizar agendas globais e locais de desenvolvimento social e podem participar das melhorias em indicadores de escolaridade, renda e participação comunitária. É urgente refletir sobre os jovens como segmento estratégico para o futuro, principalmente por representarem as possibilidades de crescimento econômico, ao ampliar a População Economicamente Ativa (PEA), de equilíbrio fiscal e de manutenção do sistema previdenciário.

Todavia, mesmo que entendidos como agentes da transformação, os jovens formam um grupo social vulnerável às desigualdades socioespaciais. Marcadores sociais, como raça, gênero e classe social, impactam as condições de vida dos jovens, bem como o acesso aos direitos básicos e as perspectivas de inserção socioeconômica e espacial. Os jovens enfrentam desafios estruturais, como taxas significativas de desemprego juvenil, precarização das relações de trabalho e falta de acesso universal à educação de qualidade. No que tange aos processos e fenômenos que constituem o espaço geográfico, os jovens enfrentam problemas como a precariedade da infraestrutura urbana, o acesso desigual a serviços básicos (como saneamento básico e saúde), as dificuldades de mobilidade espacial, a violência urbana, a urbanização desigual, a segregação socioespacial, a periferização e a favelização. Tais processos e fenômenos intensificam as desigualdades sociais e interferem diretamente nas experiências espaciais juvenis e na efetivação do direito à cidade. As desigualdades étnico-raciais tornam o cenário mais severo para as juventudes negras, quilombolas e indígenas. Nos grandes centros urbanos, as vivências das juventudes negras são atravessadas pela violência urbana.

Desse modo, faz-se necessário refletir sobre medidas institucionais para que os jovens tenham inserção socioeconômica e participem efetivamente da melhoria da qualidade de vida da população. Investir em políticas públicas e programas sociais voltados para os diferentes perfis de jovens representa o caminho mais adequado para perspectivas positivas de futuro, pois, para que o bônus demográfico seja aproveitado, é preciso que haja jovens saudáveis, que frequentem a escola e que tenham oportunidades para se inserir em boas posições no mercado de trabalho; é preciso dispor de recursos disponíveis para investimentos produtivos e redução da pobreza.

As políticas públicas em matéria de juventude devem ser baseadas em dados estatísticos, qualitativos e quantitativos, sobre os jovens no Brasil; valorizar a experiência e as percepções juvenis, contando com a participação dos jovens na elaboração, na implementação e na avaliação das ações, o que demanda estabelecimento de órgãos consultivos para jovens e cooperação entre conselhos; dispor de financiamento adequado para alocação de recursos suficientes para garantir eficácia das ações; considerar a pluralidade de experiências juvenis a partir de raça, gênero, classe social e situação geográfica; ser integradas e intersetoriais; ser comprometidas com a mudança social e a inserção juvenil na estrutura social brasileira; e ser constantemente monitoradas e avaliadas para que melhorias possam ser feitas, quando necessário. Atualmente, existem importantes políticas públicas em curso e que precisam ser integradas e continuadas, tais incluindo iniciativas de inclusão social, como Pé-de-Meia, Jovem Aprendiz, Jovem na Ciência, e Juventude Viva, ID Jovem e política de meia-entrada;

políticas de democratização do ensino superior, como ENEM, FIES, PROUNI e Lei de Cotas; ações voltadas à qualificação profissional técnica, como a criação dos institutos federais, o Pronatec e as iniciativas vinculadas ao Sistema S; além de documentos como o Estatuto da Juventude e os órgãos como a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude.

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 4

Aplicação 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A paisagem geográfica dos mares de morros constitui um tipo de domínio morfoclimático brasileiro, de acordo com a classificação elaborada por Ab'Sáber, que usou essa expressão para descrever uma extensa cadeia de montanhas pertencente ao Planalto Atlântico. Sua configuração passa por 13 estados brasileiros, a saber: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Logo, abrange áreas do Nordeste, Sudeste e Sul do país. Na atualidade, o domínio dos mares de morros no Nordeste encontra-se submetido a um tipo climático que, segundo a classificação climática de Koppen, insere-se no subtipo As, ou seja, clima quente e úmido, com um regime de chuvas de outono-inverno. Apesar de o clima dos mares de morros poder apresentar variações que constam nas regiões, o clima tropical úmido é predominante. Os tipos climáticos encontrados no domínio morfoclimático dos mares de morros são: tropical úmido ou atlântico ou oceânico, tropical de altitude e subtropical. As tipologias de vegetação encontradas no domínio morfoclimático dos mares de morros são: florestas latifoliadas tropicais denominadas de Mata Atlântica, enclaves de bosques de araucária, áreas de restingas e mangues no litoral e campos de altitude. O regime pluviométrico está basicamente submetido a sistemas atmosféricos tropicais e extratropicais, com ocorrência de estações secas e úmidas. No período das chuvas, que, no Sudeste, pode variar de outubro a maio, no Nordeste, de maio a agosto, e no Sul, distribui-se ao longo do ano, há períodos de intensa pluviosidade que contribuem para eventos extremos, com saturação de água dos solos rasos e profundos, aumento do nível dos cursos hídricos e intensos processos erosivos com deslizamentos e escorregamento de encostas. Os processos erosivos são intensificados pela combinação de relevo mamelonar (morros e colinas arredondadas), clima tropical com períodos de intensa pluviosidade e retirada de vegetação pela ação antrópica, o que causa voçorocas, deslizamentos e perda de biodiversidade.

2. As ações antrópicas no domínio morfoclimático dos mares de morros acompanham a formação socioespacial do Brasil — inicialmente marcada pela retirada de pau-brasil e pela expansão da cultura agrícola da cana-de-açúcar. Portanto, uma das ações antrópicas neste domínio é o desmatamento para a agropecuária. Outra ação antrópica diz respeito tanto à urbanização quanto à expansão de atividades industriais e de infraestrutura e logística. **A criação de usinas hidroelétricas com alagamentos de áreas e projetos de mineração e a constituição de barragens de rejeitos são outros exemplos de ações antrópicas.**

3. Nas últimas duas décadas do século XXI, os registros de fenômenos excepcionais de chuvas no Brasil tornaram-se mais intensos e apontam para a necessidade de aprofundar os estudos sobre gerenciamento de riscos, principalmente em áreas de maior adensamento populacional, como é o caso das regiões metropolitanas localizadas em domínios de mares de morros. Os principais riscos de desastres naturais no domínio morfoclimático dos mares de morros são: escorregamentos de solos e rochas nas encostas de morros; chuvas intensas, prolongadas e com elevados índices de pluviosidade, que saturam o solo e provocam elevação do nível da água dos rios, inundações e enxurradas; processos erosivos intensos com assoreamento dos cursos hídricos; e soterramento de áreas ao redor de morros, que afeta áreas urbanas e rurais, causando danos severos em infraestrutura, prejuízos econômicos e perda de vidas.

4. Para fins de política e gestão ambiental desse recorte territorial, são aplicáveis diversas legislações, tais como: a Lei da Mata Atlântica (Lei n.º 11.428/2006), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma, restringindo o desmatamento e regulando a supressão de vegetação, especialmente em áreas de encostas íngremes; o Código Florestal, que é fundamental para a proteção de áreas de preservação permanente (APPs), como encostas de morros (declividade elevada) e margens de rios, essenciais para prevenir deslizamentos e assoreamento; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n.º 9.985/2000, que cria parques nacionais, estaduais e reservas particulares do patrimônio natural, entre outras tipologias de unidades de conservação para proteger remanescentes de Mata Atlântica na Serra do Mar e na Serra da Mantiqueira; a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei n.º 12.187/2009), que propõe ações focadas na mitigação de desastres naturais, como deslizamentos de terra (comum devido às chuvas intensas e ao relevo acidentado), incluindo planos de contingência e monitoramento de áreas de risco; a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), que propõe políticas e ações que visam à recuperação de bacias hidrográficas que cortam o domínio (como as dos rios Paraná e São Francisco), enfrentando poluição e contaminação severas; o zoneamento ecológico econômico (Decreto n.º 4.297/2002), utilizado para ordenar a expansão urbana e a agricultura, buscando conter a ocupação irregular de encostas e a destruição de manguezais no litoral. Em geral, as ações de gestão ambiental relacionam-se diretamente com as referidas políticas ambientais e envolvem: conservação do solo e controle da erosão; recuperação de áreas degradadas; gestão de

recursos hídricos e saneamento básico, incluída a drenagem de águas pluviais; coleta e tratamento de resíduos; proteção das áreas de nascentes e de proteção permanente (APPs); ações de controle do assoreamento dos cursos hídricos; gestão da biodiversidade e ordenamento territorial, que envolve a criação de unidades de conservação, a criação de corredores ecológicos, o comitê de bacias hidrográficas; e monitoramento e controle de áreas de risco.